

Célio Azevedo



ENTENDIMENTO Mercadante (ao microfone) pede à oposição que apresente sugestões para o projeto das PPPs

Governo e oposição negociam mudança no incentivo à informática

Está prevista para a última semana de agosto a votação do projeto que prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida a empresas de informática. O anúncio foi feito ontem pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, diante do impasse com a oposição no exame da matéria. Com isso, foi adiada também a votação da reforma do Judiciário.

Página 3

Vitórias na OMC podem ampliar vendas brasileiras em US\$ 10 bi

Previsão, com base em estudos de economistas do Banco Mundial, é feita pelo ministro Celso Amorim em reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Deputados

Acordos serão acompanhados pelo Congresso

J. Freitas

A participação brasileira em negociações comerciais internacionais poderá ser acompanhada de perto pelo Congresso. Projeto com esse objetivo foi aprovado em turno suplementar pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.



RESULTADO Amorim (ao lado de Suplicy) confessa: não esperava que o país fosse tão longe nas negociações com a OMC

O que aconteceu nas negociações que resultaram nas vitórias do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, foi uma revolução na maneira de o país atuar no organismo. O tema foi debatido também pelos parlamentares das duas comissões.

Página 7

Osmar pede urgência para a Lei de Biossegurança

Relator pretende garantir aprovação da proposta até o fim do mês.

Página 6

Simon sugere suspender licitação de áreas petrolíferas

Senador teme que reservas sejam exauridas diante do pânico mundial quanto a uma iminente crise no fornecimento do petróleo do Oriente Médio.

Página 2

Célio Azevedo



ALERTA Simon receia que Brasil comprometa seu futuro ao buscar superávits a qualquer custo

Comissão mostra problemas com terras de Santa Catarina

Fazendeiros teriam que devolver a índios terras cultivadas há décadas.

Página 8



CRÍTICA Para Efraim, a autarquia é ainda "uma tabuleta" à espera de definições sobre seu funcionamento

Efraim: governo é negligente na recriação da Sudene

O senador Efraim Morais (PFL-PB) queixou-se do que chamou de "negligência" do governo no processo de reativação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Além de acusar a gestão petista de não cumprir promessa de campanha, Efraim disse que não há uma política de desenvolvimento que estimule a economia da Região Nordeste e combata as desigualdades regionais.

– A Sudene continua sendo uma tabuleta à espera de que o governo estabeleça em que bases voltará a funcionar – afirmou. Segundo o parlamentar, o compromisso do presidente Lula envolvia a revitalização da autarquia, o que propiciaria à Sudene reassumir o papel de indutora do desenvolvimento nordestino.

Na quarta-feira, a Câmara aprovou os projetos que prevêem a reabertura da Sudene e da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). As propostas serão agora examinadas pelo Senado.

Simon propõe suspender licitações internacionais de áreas petrolíferas

■ Devido ao risco de falta de petróleo, senador adverte que multinacionais podem exaurir reservas do país

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez apelo para que sejam suspensas, por 30 dias, as licitações internacionais das áreas petrolíferas onde a Petrobras concluiu haver fortes indícios de presença de petróleo e gás natural. A sexta rodada de licitações está marcada para a próxima semana.

De acordo com Simon, num momento em que o mundo



ERRO Governo faz opção pelo imediatismo por interesse em gerar superávits na balança, critica Simon

está em pânico pela possível falta de petróleo, o Brasil não deve promover licitações em que podem participar as mul-

tinacionais, que exportariam o produto com celeridade, exaurindo as reservas. "Seria vender nosso futuro", afirmou.

– O que causa revolta é que o PT sempre foi crítico dos leilões realizados no governo Fernando Henrique. Agora, com a faca e o queijo na mão, faz a opção pela inércia, supostamente para não frustrar expectativas das grandes companhias internacionais – observou.

Ele ressaltou que o governo Lula está preocupado somente em gerar superávits na balança comercial, por isso opta pelo imediatismo. Se o Brasil abrir mão de suas reservas para "fazer caixa" nas contas externas,

pode tornar-se novamente dependente do petróleo estrangeiro, argumentou.

Para Simon, o governo não pode cometer o mesmo erro da década de 1970, que tanto abalo provocou à economia.

O parlamentar disse ter convidado a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para vir ao Senado debater a política de petróleo, mas, diante da exiguidade de tempo, a atitude sensata seria suspender as licitações, dando tempo para se discutir o assunto.

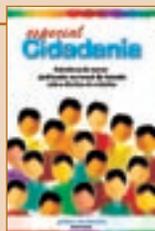
Tião Viana (PT-AC) concordou com a necessidade de se ouvir as autoridades do setor de energia.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa às 9h

A sessão de hoje, com início previsto para as 9h, será não deliberativa. Não haverá votação de projetos. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna

são os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Na segunda-feira, às 14h30, o Plenário também realiza sessão não deliberativa.



Coletânea do Especial Cidadania na Internet

A cartilha do **Especial Cidadania**, coletânea de textos publicados no **Jornal do Senado**, pode ser acessada pela Internet, no site www.senado.gov.br. Na página, o internauta faz o *download* do texto integral da publicação, que apresenta formas para fiscalização dos gastos públicos e traz os números de telefones dos parlamentares, entre outras informações.

Poeta maranhense em vídeo

O documentário *Sousândrade, o guesa errante*, sobre a vida do poeta maranhense Joaquim de Sousa Andrade, será exibido hoje na Sala da Comissão de Assuntos Sociais, às 11h. O vídeo foi realizado pela TV Senado.

Escala Brasileira

O *Escala Brasileira* desta semana, que será apresentado pela Rádio Senado amanhã, às 20h, entrevista o violonista Alvaro Henrique. Ele fala sobre o lançamento de seu CD, o primeiro disco brasileiro de violão clássico.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



CONDOLÊNCIA Maguito relata morte de jovem vítima de assalto e apresenta requerimento de pesar

Maguitolamenta o aumento da violência em Goiás

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lamentou o aumento da violência em seu estado, e relatou o falecimento de Leandro Bandeira de Carvalho Melo. O jovem, de 27 anos, recebeu um tiro nas costas, durante assalto na noite de quarta-feira, em frente à sua residência, em Goiânia. O parlamentar apresentou requerimento para inserção em ata de voto de pesar e envio de condolências à família.

Leandro era filho do desembargador José Lenar, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, um dos mais brilhantes promotores do estado, destaca Maguito.

Ele registrou também o atentado contra a residência do senador Demostenes Torres (PFL-GO), domingo, em Goiânia.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Célio Azevedo



OBSTRUÇÃO Falta de acordo sobre benefício fiscal impediu que o Plenário votasse projetos na sessão de ontem

Decisão sobre informática fica para o final de agosto

■ Relator considera prudente aguardar entendimento para prorrogar incentivo à Zona Franca

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de lei que prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida às empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação, anunciou o adiamento da votação da proposta para a última semana de agosto. Segundo ele, o governador do Amazonas, Eduardo Braga, pediu que seja encontrada uma solução para os incentivos à produção de tubos de imagem para TV e monitores de vídeo para micro-

computadores.

– O objetivo principal desse projeto é manter o equilíbrio federativo, para não prejudicar a Zona Franca naquilo que ela já faz bem, mas não criar incentivos que comprometam investimentos em outros estados da Federação. É prudente que aguardemos o resultado dessa negociação – declarou Mercadante, que é líder do governo.

Arthur Virgílio (PSDB) e Jefferson Péres (PDT), ambos senadores pelo Amazonas, elogiaram o adiamento do exame da matéria, apesar de a medida também protelar a decisão sobre a reforma do Judiciário. O PLC 32/04 tramita em regime de urgência e tem prioridade para votação antes de qualquer outra proposta.

Para Mercadante, estender a isenção fiscal à produção de monitores de vídeo na Zona

Franca de Manaus pode comprometer investimentos já feitos em fábricas que produzem os mesmos itens em outros estados.

– Dar a exclusividade para a produção de monitores de vídeo para a Zona Franca não é correto porque vai fechar fábricas e gerar desemprego nos outros estados. Isso não é justo para o pacto federativo.

O senador reconhece que a produção da Zona Franca foi atingida por medida da Argentina para compensar os incentivos concedidos pelo Brasil. Ele considera ainda que não se deve fixar a diferenciação entre os tubos de TV e os monitores de vídeo pelo tamanho das telas de monitores, que teriam até 19 polegadas. Isso porque o futuro aponta que, com a TV digital, haverá fusão entre as funções, com monitores superiores a 20 polegadas.

Adiada a votação da reforma do Judiciário

A falta de acordo sobre a nova Lei de Informática adiou para o fim de agosto a votação dos 165 destaques apresentados à reforma do Judiciário. Foram marcadas sessões deliberativas para os dias 24, 25 e 26. Havia acordo de lideranças para que o exame da proposição ocorresse na manhã de ontem, mas o impasse em relação ao outro projeto impossibilitou a decisão.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Jorge (PFL-PE), disse à Agência Senado que as lideranças haviam chegado a um acordo para a aprovação dos destaques sobre os quais ele dera parecer



DELIBERAÇÃO José Jorge informa que só serão aprovados destaques que não fazem mudança substancial

favorável e que não alteram substancialmente o texto acolhido pela comissão.

Foram apresentados destaques a itens das duas propostas de emenda constitucional (PECs) cujo texto base foi aprovado no mês de julho, em

primeiro turno. Uma delas inclui pontos não alterados pelo Senado, que permaneceram idênticos ao que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. A outra reúne os dispositivos modificados. Após a votação dos destaques, ambas têm de ser examinadas ainda em segundo turno. A primeira, se aprovada, irá à promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara. A segunda retornará para análise dos deputados.

O parecer propôs ainda duas outras PECs – uma que trata do pagamento de precatórios e a outra que prevê a criação de juizados de instrução criminal. Elas começarão agora sua tramitação.

Governo aceita negociar PPPs, afirma Mercadante

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apelou à oposição para que aceite negociar o projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs) a fim de que, ainda este mês, estejam superadas as divergências de mérito e a proposta possa ser votada em setembro.

– O governo insiste em abrir a discussão de mérito, debater o projeto com profundidade para que a lei seja bem feita. Estamos abertos para sentar e negociar exaustivamente até o final de agosto e votar no esforço concentrado de setembro.

Segundo Mercadante, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que é líder da Minoria, apresentou documento em que lista sete pontos que precisam ser debatidos, incluindo a adequação do projeto aos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Licitações. O governo, disse o senador petista, já tem propostas para discutir a agenda colocada pela

oposição, e os ministros estão à disposição para atender os parlamentares.

– A oposição tem dito que só quer votar essa matéria depois das eleições, porque ela é muito complexa e traz muitos problemas. Agora, é difícil entender, porque os governos do PSDB de São Paulo, de Minas Gerais e de Goiás já adotaram a PPP. Parece que é difícil para o Brasil, mas é bom para os governos do PSDB – declarou Mercadante.

Ele argumentou que o crescimento verificado no país, que registra os maiores índices desde 1995, só poderá continuar com os investimentos em logística e infra-estrutura. Sem isso, continuou, a falta de transportes e energia pode estrangular o desenvolvimento.

– A única forma de superar esse estrangulamento é por meio das parcerias público-privadas, instrumento poderoso para investir, gerar empregos e sustentar o crescimento vigoroso que aí está.

Mantega diz que salário será reajustado pelo PIB

Depois de reunir-se na tarde de ontem com o presidente do Senado, José Sarney, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, anunciou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 mantendo a decisão de reajustar o salário mínimo com base no produto interno bruto (PIB) *per capita* do ano anterior, mais a inflação do período. “Isso é o mais importante”, afirmou ele.

Guido Mantega relatou que esteve com Sarney para falar do orçamento do Senado e para pedir apoio ao projeto das parcerias público-privadas (PPPs).

Informado pela imprensa das críticas feitas pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à proposta, o ministro disse ter a impressão de que “a oposição está querendo criar um bloqueio político à iniciativa”.

Mantega reiterou que está disposto a modificar artigos para eliminar preocupações dos que se opõem ao projeto.

– Mas, pelo que tenho lido, me parece que há o propósito explícito de não deixar esse projeto passar, porque não interessa para a oposição que o governo tenha esse instrumento na mão. Como se esse projeto beneficiasse só o governo.



PROPOSTA Guido Mantega (E), acompanhado de Mercadante, pede o apoio de José Sarney ao projeto que fixa regras para as parcerias público-privadas

Gerardo Magela

Conselho de Ética deve examinar fita gravada em CPI, diz Heráclito

■ Gravação divulgada por jornal mostra que petistas estariam estudando retaliação a opositoristas

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sugeriu ontem que seu partido requeira ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o exame da fita da TV Senado que contém um diálogo entre integrantes petistas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado. De acordo com matéria publicada ontem na *Folha de S. Paulo*, sob o título "PT discutiu tática na CPI para preservar compadre de Lula", três parlamentares do PT – o relator da CPI, deputado José Mentor (SP), o deputado Eduardo Valverde (RO) e a senadora Serys Slhessarenko (MT) – estariam estudando uma maneira de retaliar a possível convocação, para depoimento, do advogado Roberto Teixeira, padrinho do filho mais novo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Heráclito quer também que



José Cruz

INTERPELAÇÃO Segundo Heráclito, deputado petista precisa dizer o que tem contra membros do PFL e do PSDB

o deputado Eduardo Valverde – que admitiu à *Folha* que a tática do PT é a retaliação na CPI e que anunciou que "tem muita coisa contra o tucanato e esse pefelê" – seja interpelado para que diga o que tem contra membros do PFL e do PSDB, "porque a CPI não pode deixar debaixo do tapete ninguém, porque isso será a desmoralização da CPI e do Congresso".

O senador considerou grave o fato de Valverde ter sugerido a convocação do ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso, sem justificativa, e depois ter voltado atrás. Heráclito disse também que a CPI do Banestado precisa explicar por que quebrou o sigilo bancário dos banqueiros e o porquê da quebra dos sigilos telefônicos.

Mesmo reconhecendo que os líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do PT, Ideli Salvatti (SC), buscam solução para a CPI, o senador afirmou não haver dúvidas de que os trabalhos da comissão estão politizados. Ele afirmou, no entanto, que "em momento algum a sua politização se deu por culpa do PFL ou do PSDB". Heráclito elogiou a conduta do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da CPI do Banestado.

Oposição

O discurso de Heráclito levou o líder do PFL, José Agripino (RN), a fazer críticas à atuação da CPI. Ele avaliou que a comissão contrariou normas legais ao requerer a quebra do sigilo de um número excessivo

de pessoas.

– Temos de colocar a CPI no leito da legalidade. A comissão já tem um acervo de informações capaz de elaborar um relatório – disse.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registrou que as CPIs são um importante instrumento democrático, mas estariam sendo vulgarizadas. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) observou que muitos estão mais interessados nos holofotes do que na apuração dos fatos. Ele informou ter apresentado proposta determinando que cada parlamentar que pretender integrar uma CPI deve, antes, apresentar a própria quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico. Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a fita revela que os aliados do governo pretendem usar informações obtidas pela comissão para "retaliar, se for necessário, quem ousar fazer oposição". Magno Malta (PL-ES) lamentou que não tenham sido nomeados sub-relatores para a CPI do Banestado e opinou que a quebra de sigilo bancário deve ser feita com fundamentação.



Célio Azevedo

OBJETIVO Mercadante lembra que "o importante é que todos sentem e encontrem uma solução"

CPI do Banestado precisa atingir objetivos, afirma Mercadante

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a participação das lideranças do Senado e da Câmara na busca de soluções para garantir que a CPI do Banestado atinja os seus objetivos. Mas ele deixou claro que a decisão final sobre os rumos a serem tomados pela comissão cabe somente aos membros do colegiado, que é presidido pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e tem como relator o deputado José Mentor (PT-SP).

– O importante é que todos sentem e encontrem uma solução que dê eficácia e legalidade à CPI, para que ela possa atingir os seus objetivos, evitando a partidarização. Tenho certeza de que tanto o Senado quanto a Câmara garantirão esse caminho, com reflexões conjuntas para ajudar nos trabalhos da CPI – declarou Mercadante.

A iniciativa de reunir os líderes para tratar da CPI do Banestado foi tomada pelo Senado, mas, segundo o líder do governo, isso não significa conflito com os deputados. Segundo ele, as lideranças da Câmara também vão contribuir para que a comissão tenha um desfecho positivo.

Sobre a pauta do Senado para o esforço concentrado, Mercadante disse que até o final de agosto devem ser concluídas as votações da reforma do Poder Judiciário, da nova Lei de Informática, da Lei de Biossegurança e do projeto de crédito vinculado à folha de aposentados e pensionistas, "que é muito importante para 22 milhões de pessoas que dependem dessa decisão para reduzir os custos de seus financiamentos".

Para Ideli, fica caracterizado vazamento de informação

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou, em aparte ao discurso de Heráclito Fortes, que a gravação relatada na reportagem da *Folha de S. Paulo* caracteriza vazamento de informação, porque foi feita durante período em que a reunião havia deixado de ser pública. Ela lamentou que os parlamentares tenham de se preocupar com vazamentos desse tipo. "Os vazamentos não são apenas de documentos, são agora também de fitas da TV Senado", informou Ideli, que falou da "coincidência" no caso, já que a fita teria sido requisitada pelo presidente da CPI, Antero Paes de Barros.

Ela defendeu o relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), argumentando que ele usou o termo "caminhão" para se referir à quantidade de documentos que possui na comissão. A matéria da *Folha* considerou



Márcia Kallume

APREENSÃO Ideli: parlamentares ficarão preocupados com divulgação de informações sigilosas

o termo como indicação de que a relatoria possui volume suficiente de material para convocar pessoas relacionadas ao presidente da CPI.

Após o discurso, Ideli afirmou que o episódio coloca a CPI do Banestado "numa situação muito delicada", não tendo mais controle sobre quem tem ou teve acesso aos dados de que dispõe. A senadora lembrou que a responsabilidade pela guarda dos dados referentes ao sigilo bancário, fiscal e telefônico é do presidente da comissão.

Antero garante que diálogo ocorreu em sessão pública

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), disse ontem que não solicitou cópia da gravação apenas da reunião de 23 de junho, mas de diversas reuniões da CPI. Em resposta à líder do PT, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ele lembrou que a conversa gravada dos três parlamentares petistas ocorreu em uma sessão pública e já havia sido transmitida por outra rede de televisão (*Jornal da Record*).

– Gostaria apenas de dizer que trouxe algumas fitas das reuniões da CPI do Banestado. Requisito todas elas, pois as reuniões são públicas. Votações de requerimentos estão aqui, foram requisitadas. Não há que se falar em vazamento. Seria o mesmo que se criticar vazamento de algo que ocorreu nesta sessão do Senado da República. Não há vazamento



Roosevelt Pinheiro

ESSÊNCIA "É preciso analisar a questão do conteúdo, e não ficar em cima do acessório", segundo Antero

de sessão pública – rebateu Antero.

Mostrando fitas de vídeo nas quais estariam gravadas diversas reuniões da CPI, o presidente da comissão afirmou que mais importante do que o suposto vazamento deveria ser o conteúdo das conversas entre os parlamentares. "É preciso analisar a questão do conteúdo, e não ficar em cima do acessório, para justificar, talvez, o injustificável." Ele informou que pretende fazer um discurso hoje sobre o andamento da CPI do Banestado.



Roosevelt Pinheiro

Líder do PSDB protesta contra "autoritarismo"

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), afirmou que a sociedade brasileira está assistindo a uma verdadeira escalada autoritária por parte do governo, e elencou várias decisões que vêm sendo anunciadas pelo Executivo que evidenciariam essa escalada "autoritária" da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Citou os protestos insistentes dos senadores contra atos do Executivo, entre eles a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, a conhecida "Lei da Mordaza" para os procuradores, o projeto de lei da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav) que "patrulharia" as produções culturais e a assinatura de decreto para impedir que funcionários públicos falem com a imprensa.

– Existe uma sucessão de pequenos atos que pode acabar acostumando as pessoas ao garrote – alertou. O líder do PSDB exemplificou as reações da sociedade com o protesto bem-humorado de chargista da imprensa paulista que propôs a criação do Conselho Federal de Humorismo.



Célio Azevedo

MORDAÇAS Virgílio ressalta o que ele considera uma escalada autoritária do governo federal

ACM propõe que integrantes de CPIs apresentem quebra de sigilos

Todos os parlamentares que participarem de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) serão obrigados a apresentar as suas respectivas quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico, caso venha a ser

aprovada proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – foto.

– A proposta tem por objetivo permitir que membros de comis-

sões de inquérito participem dos trabalhos com mais autoridade, para que no futuro não venham a ser acusados disso ou daquilo – afirmou Antonio Carlos Magalhães.

O líder do PSDB no Senado, Arthur

Virgílio (AM), manifestou seu apoio à iniciativa do senador baiano e observou que, com a aprovação da proposta, só poderá participar de CPIs "quem garantir o seu próprio passado".

Para Jefferson, Lula deve afastar Henrique Meirelles

Governistas também deveriam ter pedido desligamento do presidente do Banco Central, diz o senador

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou o comportamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante das denúncias de que presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, teria depositado US\$ 50 mil na conta de um doleiro nos Estados Unidos. Para o senador e líder do PDT, o presidente deveria determinar o afastamento de Meirelles até a conclusão das investigações.

Ele também lastimou, em pronunciamento ontem, o que chamou de complacência dos integrantes do PT no Congres-



Célio Azevedo

MUDANÇA Jefferson manifestou preocupação com "ranço autoritário e deterioração ética" do PT

so, que deveriam igualmente, em sua opinião, exigir que Meirelles se afaste do posto.

Segundo Jefferson, Lula teria afirmado, em notícia publicada pelo jornal *O Globo* de ontem, que apóia os presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central, e teria dito, acrescen-

tou o senador, "que não dá para um presidente da República, que tem que se preocupar com 180 milhões de habitantes, ficar por conta do denunciamento que toma conta do Brasil".

– Um fato – o depósito na conta de doleiro no EUA – é denunciamento? Como mudaram os valores éticos do PT. O que antes era insuportável é, agora, corriqueiro. O presidente da República diz que se preocupa com 180 milhões de brasileiros e que denunciamento é coisa da oposição. Enquanto isso, o senhor Meirelles fica aí. São estes os padrões da administração pública do Brasil? – questionou Jefferson.

O parlamentar disse estar preocupado com "o ranço autoritário" do PT e com a "deterioração ética" de certos setores do partido.

Agripino cobra audiências com presidentes do BC e BB

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse que o governo deveria marcar logo a audiência com os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, como forma de esclarecer denúncias e tranquilizar o Legislativo e a sociedade. Ele indagou se a divulgação dos supostos ilícitos dos dirigentes do BC e do BB teria inspirado o governo a propor a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ).

Agripino fez questão de afirmar que a oposição vem con-

tribuindo para aperfeiçoar o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e evitar problemas futuros para o país, à medida que está exigindo clareza em questões como as que ferem a Lei de Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por essa razão, o senador afirmou não entender por que o governo chama a oposição para apressar a tramitação das PPPs e "faz ares de paisagem" quando se trata de marcar as audiências de Meirelles e Casseb no Senado.

O parlamentar leu nota da



Célio Azevedo

CONTRA "PFL se empenhará para derrotar projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo", diz Agripino

Comissão Executiva Nacional do PFL manifestando a posição do partido contrária a projetos autoritários. "O PFL se empenhará para que sejam derrotados no Congresso os projetos totalitários que criam o CFJ e a Ancinav" – ressaltou ele.



Moreira Mariz

MEDO Segundo Alvaro Dias, proposta do governo é manobra para a volta da censura

Conselho é retrocesso, diz Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a condenar ontem, em discurso no Plenário, "a escalada autoritária" do governo, cristalizada, conforme observou, em alguns projetos de lei enviados recentemente pelo Palácio do Planalto ao Congresso Nacional, como o que prevê a criação do Conselho Federal de Jornalismo, considerado por ele como uma manobra destinada a instituir a censura à imprensa no país.

– Trata-se de um retrocesso imperdoável que demonstra o jeito de ser e de governar do PT, de onde tiro a conclusão de que existem filhotes de déspotas no Palácio do Planalto – afirmou Alvaro Dias. Segundo ele, jornalistas de renome condenam a criação do conselho que, notou, tem por meta orientar, disciplinar e fiscalizar a atividade dos jornalistas, o que considera um absurdo.

Alvaro Dias, que falou em nome da liderança do PSDB, também classificou de "estarrecedores" outros projetos do Executivo em tramitação no Congresso, a exemplo do que cria a Agência do Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

Ideli cita índices econômicos e diz que oposição está perdendo o rumo

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC) – foto –, afirmou ontem que as medidas implementadas pelo governo Lula estão "tirando o sono da oposição e fazendo com que ela perca o rumo".

– Tudo o que alardearam, tudo o que disseram que iria acontecer, a realidade dos fatos vem desmon-

tando todos os dias. Disseram que não íamos dar conta de colocar a economia em ordem, nós conseguimos. Disseram que não íamos dar conta de estabelecer patamares de negociação com soberania em nível internacional e não só demos conta como obtivemos três sucessos – acrescentou, referindo-se às vitórias

do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) relacionadas aos subsídios agrícolas.

Ideli Salvatti destacou, ainda, o volume de empregos com carteira assinada registrado nos sete primeiros meses deste ano, os indicadores do crescimento econômico, a retomada do crescimento da massa salarial e

as medidas para a redução da carga tributária. A líder referiu-se também ao aumento nos investimentos e ao desembolso, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do início de 2004 até agora, de R\$ 19,1 bilhões.

– Este país mudou, tem esperança novamente – acrescentou.



Roosevelt Pinheiro

Osmar Dias quer garantir votação neste mês da Lei de Biossegurança

■ Senador apresenta requerimento para que o projeto seja examinado em regime de urgência

Requerimento para tramitação em regime de urgência do substitutivo ao projeto da Lei de Biossegurança foi lido ontem em Plenário, a pedido do senador Osmar Dias (PDT-PR). Com isso, fica, pelo menos até a votação do requerimento, suspensa a tramitação do projeto nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). O



Roosevelt Pinheiro

DEBATE Osmar também anuncia audiências sobre propostas de criar Conselho de Jornalismo e Ancinav

projeto foi aprovado na última terça-feira na Comissão de Educação (CE).

Osmar Dias reivindicou a

imediate leitura, pela Mesa, do requerimento de urgência, para permitir que o substitutivo seja votado em Plenário no próximo esforço concentrado do Senado, previsto para a última semana de agosto. Ele explicou que o substitutivo de sua autoria, sobre biossegurança, teve sua urgência aprovada, nessa quarta-feira, por unanimidade, na Comissão de Educação.

Na sessão de ontem, o senador levantou a hipótese de que a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CAS, seria favorável à urgência para o projeto. A declaração do senador baseou-se em informação divulgada pela Agência Senado e reproduzida pelo *Jornal do*

Senado, que, no entanto, não corresponde à verdade. Lúcia Vânia reiterou a sua posição contra a urgência para o projeto de biossegurança. Em reunião da CAS, na quarta-feira, ela se disse surpresa com a “votação de forma açodada” do requerimento na CE.

No mesmo pronunciamento, Osmar Dias anunciou a realização de audiências públicas, na Comissão de Educação, sobre as propostas do governo de criar o Conselho Federal de Jornalismo e a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). “Essa última parece estar agredindo o espírito da criação das agências reguladoras”, frisou Osmar Dias.



Célio Azevedo

RECONHECIMENTO O senador Edison Lobão recebeu a mais alta comenda do Exército

Eduardo ressalta homenagem a Edison Lobão

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou a homenagem concedida pelo Exército brasileiro ao senador Edison Lobão (PFL-MA), que foi condecorado, na segunda-feira passada, com a medalha Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar.

O senador pediu inserção nos Anais do Senado do discurso proferido durante o evento pelo comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, em que ele assinala que a honraria é concedida somente “àqueles que, de forma absolutamente original e destacada, consagram os melhores esforços em prol do Brasil”.

Eduardo observou que Lobão iniciou o pronunciamento feito na ocasião destacando sua amizade pelo presidente do Senado, José Sarney, presente no evento. Eduardo também esteve na cerimônia da homenagem ao senador maranhense.

– O senador Edison Lobão disse em seu discurso que Sarney é político sábio e ao qual está ligado por laços indestritíveis de amizade. Percebo nas palavras iniciais de Lobão, tomado pela emoção e pela responsabilidade de estar recebendo a mais alta comenda do Exército, que ele faz questão de dizer o que a Casa pensa e conhece, um pensamento com que todos nós concordamos.

Em aparte, Sarney ressaltou que a concessão da medalha foi um ato de justiça a Lobão.

Lobão agradeceu a Eduardo e a Sarney pela homenagem.

– Agradeço as palavras calorosas de Eduardo Siqueira Campos, assim como as do senador José Sarney. Certamente foram movidos pela amizade profunda que nos une.

Lúcia Vânia defende reunião conjunta

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), comunicou que irá propor aos presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Edison Lobão (PFL-MA), respectivamente, que seja realizada uma audiência conjunta para tratar do projeto da Lei de Biossegurança. A Agência Senado divulgou na quarta-feira, equivocadamente, a informação de que a senadora seria favorável à votação imediata do projeto pelo Plenário do Senado, sem que fossem ouvidas outras comissões, além da de Educação, que já aprovou o texto. A informação foi reproduzida ontem



Célio Azevedo

PERTINÊNCIA Lúcia Vânia considera fundamental que comissões sejam ouvidas sobre proposta

pelo *Jornal do Senado*.

Lúcia Vânia explicou que entende a urgência e o interesse da sociedade na aprovação do projeto pelo Senado, mas, em sua opinião, é fundamental que as três comissões incumbidas

do exame da matéria sejam ouvidas. Ela também observou que a reunião conjunta seria a melhor oportunidade para que os parlamentares que ainda não discutiram o tema em profundidade tenham a chance de fazê-lo.

O substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) ao projeto original que define as regras para o tema foi aprovado na última terça-feira pela Comissão de Educação, liberando a pesquisa com células-tronco a partir de conjuntos celulares embrionários humanos, desde que limitada ao estoque de embriões já existentes. Regimentalmente, a matéria precisaria ainda ser apreciada pelas outras comissões antes de ir ao exame do Plenário.



Roosevelt Pinheiro

PRESSA Jonas Pinheiro pede às lideranças partidárias que coloquem projeto em votação

Jonas: lei dará tranquilidade ao agronegócio

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu às lideranças partidárias que coloquem logo em votação o projeto do Executivo que institui no país a Lei de Biossegurança, como forma de dar maior tranquilidade ao agronegócio brasileiro e aos plantadores de soja.

Quando o projeto (PLC 9/04) for colocado em votação no Plenário do Senado, Jonas irá apresentar emenda à proposta regularizando todo o setor da soja no país, incluindo aquele que autoriza o plantio, ainda este ano, da soja transgênica, bem como a comercialização de sementes e grãos.

Para Jonas, o Senado não pode ficar alheio a um setor que vem dando certo no país: o agronegócio. Por isso, entende que a Lei de Biossegurança, já aprovada pela Comissão de Educação, deve ser votada com urgência.

Paim apóia seminário sobre células-tronco

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou a realização do seminário “Pessoas com deficiência e células-tronco – raízes de problemas ou ramos de soluções”, a realizar-se no dia 17 de agosto, na Universidade Luterana do Brasil, em Canoas (RS). O evento está sendo organizado pelo seu gabinete, em parceria com o Instituto de Pesquisa em Acessibilidade da universidade, e objetiva aprofundar o debate sobre essa novidade científica.

Sustentando que o ser humano é único, Paim quer assegurar o respeito às diferenças

culturais, sociais e individuais e garantir que os benefícios resultantes dessa experiência científica estejam à disposição de todos.

– Será que todas as pessoas portadoras de deficiência terão acesso a tratamentos com células-tronco?

Para o senador, há dois tipos de células-tronco: as extraídas de tecidos maduros e as de embriões. No caso das extraídas de tecidos maduros, como o cordão umbilical ou a medula óssea, as células-tronco são mais especializadas e dão origem a apenas alguns tecidos



Célio Azevedo

ACESSO Paulo Paim deseja que todas as pessoas com deficiência sejam beneficiadas por tratamento

do corpo. Já as células-tronco embrionárias mostram-se mais eficazes na formação de qualquer tecido do corpo.

Vitórias na OMC podem ampliar em até US\$ 10 bi vendas do Brasil

■ Previsão é do ministro Celso Amorim, ouvido ontem nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara e Senado

O Brasil poderá ampliar em até US\$ 10 bilhões as suas exportações, graças às recentes vitórias obtidas pelo país – juntamente com o G-20, grupo de nações em desenvolvimento – nas negociações da Rodada de Doha, em Genebra, da Organização Mundial do Comércio (OMC). A estimativa foi anunciada ontem pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado e da Câmara.

O cálculo baseia-se em estu-

dos de economistas do Banco Mundial que acompanharam as negociações nas quais se decidiu eliminar os subsídios concedidos por países europeus e norte-americanos às exportações de produtos agrícolas. Também ficou acertada, segundo o ministro, a redução dos subsídios internos à agricultura.

– O que aconteceu nas negociações foi uma revolução na maneira de o país atuar na Organização Mundial do Comércio. As grandes negociações da Rodada Uruguai limitavam-se aos Estados Unidos, Europa, Japão e Canadá. Agora, o que existiu foi um triângulo composto pelos Estados Unidos, União Européia e G-20, com a liderança e a coordenação do Brasil e Índia – relatou.

Na opinião do ministro, a criação do G-20 foi fundamental para que se alcançasse o

acordo e se introduzisse “um certo grau de multipolaridade” na OMC. Isso não teria sido possível, a seu ver, sem o estabelecimento de vínculos de confiança entre o Brasil e países como Índia, China e África do Sul, além da própria Argentina, que, observou, sempre teve participação ativa nas negociações agrícolas internacionais.

Amorim afirmou aos parlamentares das duas comissões que a vitória brasileira não partiu de uma “política de confrontação” com os países desenvolvidos, mas sim de defesa dos interesses nacionais. Ele disse que o Brasil, visto como obstrucionista pelos Estados Unidos na reunião da OMC em Cancún, foi apontado como país chave para o acordo em Genebra.

– O texto de Genebra é melhor do que o de Cancún, e não

esperávamos ir tão longe. Em Cancún, o G-20 disse não, porque não queríamos um acordo barato. Os Estados Unidos e a União Européia resolveriam seus problemas eleitorais imediatos, mas teríamos de esperar mais 20 anos por outra oportunidade. Não devemos entrar em negociações internacionais para obter migalhas – enfatizou Celso Amorim.

Tango

No início da reunião, o presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), fez uma surpresa a Amorim, chamando à mesa a cantora argentina Cecilia Rosseto, recentemente indicada adida cultural de seu país na Espanha. Ela cantou trechos de tangos da década de 1920. “Esta é uma homenagem à integração dos países do Mercosul e de toda a América do Sul”, disse Suplicy.

Congresso terá participação maior em acordos do país

A participação do Brasil em negociações comerciais internacionais deverá ser acompanhada de perto pelo Congresso. Projeto (PLS 189/03) nesse sentido foi aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As negociações deverão se orientar pelo comércio como instrumento do desenvolvimento econômico do país.

Acolhido em caráter terminativo, o projeto, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), poderá ser enviado diretamente à Câmara, caso não seja apresentado recurso para a sua votação no Plenário do Senado. A primeira votação ocorreu em julho e, como se tratava de substitutivo, a matéria foi submetida a turno suplementar.

Conforme a proposta, o Congresso levará em conta, ao referendar acordos feitos pelo Brasil, os objetivos de expansão de mercados externos, ampliação da capacidade dos setores produtivos para gerar empregos e modificação da composição da pauta de exportações, para aumentar a participação dos bens de maior valor agregado.

Embaixadores

Também ontem, a comissão aprovou, por unanimidade, parecer favorável às indicações dos novos embaixadores em El Salvador, Eduardo Prisco Paraíso Ramos, e Turquia, Cesário Melantonio Neto.

Paraíso Ramos foi indicado em 1998 para o cargo de diretor-geral do Departamento do Serviço Exterior, após ocupar postos como o de conselheiro na embaixada brasileira em Londres. A indicação contou com voto favorável do relator, Eduardo Suplicy.

Atual embaixador em Teerã, Cesário Melantonio Neto disse que o Brasil e a Turquia têm promovido esforço de aproximação. Ele anunciou que haverá em outubro, em Brasília, a primeira reunião da comissão bilateral de cooperação econômica. Números do comércio bilateral ainda são modestos: US\$ 337 milhões em exportações brasileiras e US\$ 58 milhões em importações.

A indicação de Melantonio recebeu voto favorável do relator, senador João Capiberibe (PSB-AP).



ACORDO Amorim (E), ao lado do senador Suplicy (C) e do deputado Melles, ressalta a importância do G-20 nas decisões que devem favorecer o Brasil

"Impacto distributivo" é preocupação de Cristovam

Durante o debate nas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado e da Câmara com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) manifestou preocupação com o “impacto distributivo” da vitória obtida pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), com o fim dos subsídios dos países mais ricos à exportação de produtos agrícolas.

– O Brasil sem dúvida ganha,

mas quem perde? Além disso, se, em outros países, também haverá impacto distributivo, precisamos saber qual é o risco de alguns partidos amanhã, para conseguir ganhar eleições, ficarem contra o que foi acordado – advertiu.

Em resposta, Celso Amorim disse que a distribuição do ganho a ser obtido pelo país vai depender mais de políticas internas. Na produção agrícola, observou, o Brasil só terá a ganhar. Na área industrial,

previu o ministro, ainda haverá uma “negociação complexa” na OMC, que está pouco adiantada.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, classificou a política externa como o “melhor setor” do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na sua opinião, a aproximação do Brasil com a Índia, China e África do Sul e a criação do G-20 podem ser vistas como “algo de novo” na situação global.

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), procurou saber do ministro como se encontram as negociações do acordo comercial entre o Mercosul e a União Européia. Segundo Amorim, o governo brasileiro ainda aguarda a apresentação formal de uma oferta dos europeus em termos de acesso a mercados. “Não conhecemos a oferta européia e não podemos colocar tudo sobre a mesa em troca de coisas incertas”, afirmou.



COMEMORAÇÃO Mão Santa destaca qualidades das cidades de Parnaíba e Teresina, capital planejada

Senadores homenageiam dia de Parnaíba

Em discurso no Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) homenageou ontem a cidade de Parnaíba, localizada em seu estado. Mão Santa informou que em 14 de agosto se comemora o dia de Parnaíba. O senador homenageou também a cidade de Teresina, a primeira capital planejada do país, segundo afirmou.

Ele disse que Parnaíba tem 160 anos e é oito anos mais velha que Teresina.

Em apartes, os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Alberto Silva (PMDB-PI) também homenagearam Parnaíba.



CENTENÁRIO Mesquita Júnior resalta ídolos formados pelo clube carioca na festa de 100 anos

Mesquita Júnior saúda 100 anos do Botafogo

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) parabenizou o Clube Botafogo de Futebol e Regatas, que completa 100 anos de fundação. Ele ressaltou em especial a contribuição do clube ao longo desses anos ao dar oportunidade a milhares de atletas de praticar um "esporte saudável e de fugir de tentações como as drogas".

– Clube que sempre se destacou no futebol, que foi base da seleção brasileira durante tanto tempo, e que forneceu ao país a enciclopédia Nilton Santos, a majestade de Garrincha e a elegância de Didi – afirmou.

Relatório mostra problemas de terras indígenas em SC

■ Comissão também acolhe urgência para votar emenda que dá ao Senado poder de homologar reservas

A demarcação de terras indígenas em Santa Catarina apresenta problemas semelhantes aos encontrados em Mato Grosso do Sul. Em ambos os locais a Fundação Nacional do Índio (Funai) está sugerindo demarcação de reservas indígenas em lugares que foram colonizados com aval do estado e onde os proprietários têm posse legalizada da terra. Fazendeiros que estão há décadas cultivando terrenos podem ter que devolver as regiões aos indígenas. Essa foi a situação apontada no relatório da Comissão Especial Externa das Questões Fundiárias para Santa Catarina.

O relatório, apresentado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), foi aprovado ontem juntamente com requerimento para tramitação com urgência da



MUDANÇAS Presidente da comissão, Mozarildo quer decisões aprovadas pelos senadores; Delcídio defende consultas ao Conselho de Defesa Nacional

proposta de emenda constitucional (PEC 38/99) que obriga a homologação do Senado quando houver criação de reservas indígenas. Atualmente, a reserva é sugerida pela Funai e homologada apenas pela Presidência da República. O autor da proposta é o presidente da comissão, senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

Para Santa Catarina, Delcídio quer que o Conselho de Defesa Nacional seja consultado antes de haver demarcação de terras em região de fronteira. O senador defendeu que a demarcação de terras indígenas passe a ser homologada pelo Senado e que

haja interrupção de criação de reservas onde houver invasão de terras por índios. Delcídio sugeriu ainda a concessão de indenização aos proprietários que tenham tido aval do estado na ocupação de terras. A atual legislação prevê a indenização apenas das benfeitorias.

A Comissão das Questões Fundiárias objetiva analisar o problema das terras indígenas nos estados de Roraima, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Rio Grande do Sul, Pará e Maranhão.

Membros da comissão visitarão, no próximo dia 26, o estado de Mato Grosso.

Mozarildo pede força-tarefa para Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) solicitou urgência na criação de uma força-tarefa composta pelo Exército, Polícia Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Polícia Militar do estado para evitar que a tensão na região da reserva indígena Raposa/Serra do Sol se transforme em um conflito de graves proporções.

Com o apoio do senador Augusto Botelho (PDT-RR), Mozarildo leu em Plenário ofício do governador de Roraima, Flamarion Portela, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo a constituição da força-tarefa. A medida, afirmou Mozarildo, é necessária até que o Judiciário julgue as ações sobre a demarcação das terras indígenas no estado.

– O clima de intranquilidade pode provocar conflitos de proporções inimagináveis – informou Mozarildo.

Mozarildo revelou que, em

reunião com representantes dos setores produtivos da região, assistiu a vídeo em que carros do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Funai e da Diocese de Roraima transportavam índios para invadir propriedades rurais.

Em aparte, Augusto Botelho acusou algumas organizações não-governamentais de promoverem instabilidade na região.

Mozarildo destacou que o relatório apresentado pela comissão temporária externa do Senado sobre os conflitos em terras indígenas é "coerente, justo e jurídico" e pode ajudar o governo a tomar decisões.

O senador anunciou que a comissão aprovou ontem o relatório referente aos conflitos em Santa Catarina, com propostas e sugestões ao Executivo e ao Legislativo, a exemplo do que já havia feito acerca do pro-

blema em Roraima e em Mato Grosso do Sul. No dia 26 de agosto, anunciou, a comissão estará em Mato Grosso para fazer o mesmo trabalho.

Em seu discurso, Mozarildo também ressaltou o transcurso, ontem, do 55º aniversário da Escola Estadual Osvaldo Cruz, de Boa Vista. O senador disse que teve a honra de fazer o curso primário na escola. Ele cumprimentou os professores, diretores e os cerca de 1.400 alunos da escola.

O aumento da produção agrícola em Roraima também foi tema do discurso de Mozarildo, que destacou os índices conseguidos, "apesar de todos os entraves que o estado tem enfrentado".

O senador registrou matéria publicada no jornal *Gazeta Mercantil* do último dia 9, segundo a qual Roraima começa a despontar como uma nova fronteira agrícola.

Hélio Costa reivindica recuperação de estradas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) fez apelo ao governo federal para que dê início às obras de manutenção das rodovias federais que cortam Minas Gerais, com prioridade para as que passam pela região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. As rodovias estão intransitáveis, lastimou o senador em discurso ontem no Plenário. Hélio Costa ressaltou o potencial produtivo da região, que contribuiu com R\$ 2 bilhões de impostos nos últimos 15 meses, e disse que, mesmo assim, não há nenhuma estrada sendo reparada.

– A região tem 4 milhões de aves abatidas por mês, são 200 mil por dia; centenas de pequenas granjas; é a maior esmagadora de soja do Brasil; tem os maiores atacadistas do país e, lamentavelmente, as piores estradas. Vejo que estamos a ponto de matar a galinha dos ovos de ouro – alertou.

Há dois meses, informou Hélio Costa, a estrada que liga a cidade de Uberlândia a Araxá, "cartão de visita" da região, foi interrompida pela Justiça porque representava perigo iminente em razão dos inúmeros acidentes e assaltos a automóveis. Esta semana, acrescentou, foi fechada a estrada que leva ao Santuário de Nossa Senhora da Abadia, na comunidade de Romaria, localidade que tradicionalmente recebe milhares de fiéis.

Ainda segundo o senador, a BR-365 está interdita no trecho entre Uberlândia e Patrocínio. A BR-452, que liga Minas Gerais a Goiás, continuou ele, tem mais "buraco que estrada", e a BR-050, que liga São Paulo ao estado, também está intransitável. De acordo com Hélio Costa, os assaltos nessas estradas aumentaram em 100% em relação ao ano passado.



ASSALTOS Hélio Costa cita prejuízos sofridos pelos produtores do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba